



\$ 0.50

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE RECURSO :

Proc. nº PP-Div/2006/01 (Português e Tetum)1454

TRIBUNAL DE RECURSO

Proc. nº PP-Div/2006/01 de 23 de Agosto

Acórdão do Colectivo de Juizes do Tribunal de Recurso composto por Cláudio Ximenes, Jacinta Correia da Costa e Maria Natércia Gusmão Pereira:

I- Vítor da Costa, Vicente Mau Boci, Adérito de Jesus, Igidio de Jesus, César Moreira, Ricardo Nheu, Armando Midar e Adolfo António Belo, apresentam petição em que pedem ao Tribunal de Recurso que

- (1º) Aprecie a legalidade da eleição para a liderança do Partido FRETILIN no seu II Congresso que foi feita por votação por braço no ar, contra o disposto na lei 3/2004 (Sobre os Partidos Políticos), bem como a legitimidade da actual liderança;
- (2º) Considere ilegal o artigo 17, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN que permite a eleição da liderança do partido por braço no ar;
- (3º) Ordene à FRETILIN que realize congresso extraordinário para a eleição da nova liderança de acordo com os princípios da Lei 3/2004;
- (4º) A decisão seja tomada de imediato, tendo em conta a actual crise política.

Na parte que aqui interessa alegam os autores da impugnação que

1. Em 18 de Maio de 2006 o II Congresso do Partido FRETILIN adoptou o método de votação por braço no ar para eleger a liderança do Partido: o Presidente e o Secretário Geral, de acordo com o disposto no artigo 17º, nº 2, dos Estatutos do Partido, que diz: "Pode haver opção pela votação de braço no ar se para tal for proposto por 10% dos delegados ou

TRIBUNAL REKURSU NIAN

Prosesu Nº. PP-Div/2006/01 de 23 de Agosto

Desizaun Koletivu Juis Sira Tribunál Rekursu nian kompostu hosi Cláudio Ximenes, Jacinta Correia da Costa no Maria Natércia Gusmão Pereira :

I- Vitor da Costa, Vicente Mau-Buci, Adérito de Jesus, Igidio de Jesus, César Moreira, Ricardo Nheu, Armando Midar no Adolfo António Belo hatada petisaun ne'ebé husu ba Tribunál Rekursu atu :

- 1º. Apresia legalidade eleisaun ba lideransa Partidu FRETILIN nian iha nia kongresu daruak ne'ebé hala'o tiha liu hosi votasaun foti liman, hodi sakar buat ne'ebé haktuir iha lei nº 3/2004 kona-ba Partidu Politiku sira, nune'e mós ba lejitimidade Lideransa atuál nian.
- 2º. Konsidera legál artigu 17º, nº. 2 hosi Estatutu sira Fretilin nian maka permite Eleisaun Lideransa Partidu nian liu hosi foti liman;
- 3º. Ordena ba Fretilin atu hala'o Kongresu extraordináriu hodi halo eleisaun lideransa foun tuir prinsipiu sira hosi lei nº.3/2004 nian;
- 4º. Atu hola kedas desizaun no konsidera mos krize politika atuál.

Iha parte ne'ebé alega iha-ne'e autór sira reklama katak :

1. Iha loraon-18 fulan-Maiu tinan 2006 Kongresu daruak Partidu Fretilin nian adopta tiha méntodu votasaun liu hosi foti liman atu hili lideransa Partidu nian: Prezidente no Sekretáriu Jerál, tuir buat ne'ebé haktuir iha artigu 17º, nº.2, hosi Estatutu sira Partidu nian, ne'ebé temi : Bele iha opsaun liu hosi votasaun foti liman karik ba ida ne'e propoin husi porsentu 10% hosi delegadu sira ka membru sira prezente hosi Órgaun

membros presentes dos órgãos e aprovado pela maioria".

2. O referido artigo 17º, nº 2, contraria o disposto no número 1 do mesmo artigo, que diz: "O voto é pessoal, directo e secreto, nas eleições para os cargos dos órgãos da FRETILIN a todos os níveis".
3. A eleição no II Congresso, por votação por braço no ar, de Mari Alkatiri para Secretário Geral e de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente, ambos da FRETILIN, é ilegal porque
 - a) O artigo 18º - c), da Lei 3/2004 estabelece que "os titulares dos órgãos de direcção (dos partidos políticos) só podem ser eleitos por voto directo e secreto de todos os filiados ou de assembleia deles representativa";
 - b) Tem sido prática do Partido FRETILIN desde 1974 a sua liderança ser eleita por voto directo e secreto;
 - c) Os delegados que participaram no Congresso foram eleitos por voto secreto;
 - d) O Presidente da República disse no seu discurso à nação de 22 de Junho de 2006 que a eleição da liderança da FRETILIN era ilegal por ter sido feita por votação por braço no ar;
 - e) A eleição por braço no ar não dá liberdade aos delegados para expressar a sua convicção política porque sempre existe pressão psicológica, política, física por parte de quem tem o poder, e, como tal, pode matar o espírito democrático consagrado na constituição e na lei de Timor-Leste.

Não obstante os requerentes terem pedido uma tomada de decisão imediata por parte do Tribunal, tinha que se dar cumprimento ao princípio do contraditório a dar à parte contrária o direito de resposta antes da decisão.

Notificada, a FRETILIN, através da sua liderança, apresentou atempadamente a sua resposta, defendendo a improcedência da impugnação.

Diz que o pedido deve ser indeferido porque

1. No Congresso da FRETILIN participaram 577 delegados dos 586 que foram convocados;
2. Votaram a favor de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral da FRETILIN 550 dos delegados que votaram no acto;
3. De acordo com o artigo 55º, nºs 1 e 2, dos Estatutos da FRETILIN, qualquer lista concorrente para os cargos de Presidente e Secretário Geral deve ser subscrita por 20% dos delegados;
4. A lista de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral foi proposta por 515 dos delegados ao Congresso;
5. Os delegados que não apoiaram essa lista representavam menos de 20% dos delegados participantes, pelo que matematicamente não era possível a existência de outra lista concorrente;
6. Se o legislador quisesse limitar a sistema de eleição dos titulares dos órgãos de direcção dos partidos ao sistema de

sira no aprova tiha hosi maioria

2. Artigo 17º, nº. 2 ne'ebé temi tiha ona, sakar ka kontraria saida maka temi iha numeru 1 hosi artigo ne'ebé hanesan, temi katak : Votu ne'e pesoál, diretu no sekretu, iha eleisaun ba kargu sira Órgaun sira Fretilin nian iha nivél hotu-hotu.
3. Elisaun iha Kongresu daruak (II) liu hosi votasaun foti liman Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerl no Francisco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente, sira nain rua hosi Fretilin nu'udár ilegál tanba
 - a) Artigo 18º, -c), hosi Lei nº 3/2004 establece katak Titular sira hosi Órgaun Diresaun nian (hosi Partidu Politikua sira) bele de'it sai eleitu liu hosi votu diretu no sekretu hosi filiadu hotu-hotu ka hosi asembleia ne'ebé sira representa ba ;
 - b) Nu'udár prátika ida Partidu Fretilin nian hahú kedas hosi tinan 1974 ba nia lideransa sira liu hosi votasaun diretu no sekretu;
 - c) Delegadu sira ne'ebé partisipa tiha iha Kongresu eleitu liu hosi votu sekretu;
 - d) Iha lia menon Prezidente Repúblika nian ne'ebé fó sai ba Nasaun iha loraun-22 fulan juñu tinan 2006 temi tiha katak eleisaun ba lideransa FRETILIN nian ilegál ka la tuir lei tanba hala'o votasaun liu hosi foti liman;
 - e) Eleisaun liu hosi foti liman la fó liberdade ba delegadu sira atu espresa sira-nia konviksaun pol?tika tanba iha bei-beik presauun psikólojika, politika, fizika hosi ema ne'ebé iha poder no ida ne'e bele ho espiritu demokrátiku ne'ebé halulik tiha ona iha Konstituisaun no lei Timor-Leste nian.

Maibé Mahusuk sira hato'o tiha sira-nia hahusuk ba Tribunál atu hola kedas desizaun, tanba tenke halo tuir prinsipiui contraditóriu nian hodi fó ba sorin seluk direitu atu hatán molok foti desizaun.

Fó-hatene tiha FRETILIN liu hosi nia lideransa, hatada tiha nia resposta tuir prazu hodi justifika ninia razaun.

Temi katak hahu-suk ne'e tenkesér indeferidu tanba :

1. Iha Kongresu FRETILIN nian delegadu sira nain 577 maka partisipa hosi delegadu nain 586 ne'ebé konvoka tiha.;
2. Sira vota tiha favór ba Francisco Guterres Lu-Olo ba Prezidente no Mari Alkatiri ba Sekretáriu Jerál FRETILIN nian hosi delegadu sira nain 550 maka vota tiha iha aktu ne'e.
3. Tuir artigo 55º, nº. 1 nº 2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian, naran lista konkorrente ba kargu Prezidente no Sekretáriu Jerál tenke subskreve hosi porsentu 20% hosi delegadu sira.
4. Lista Francisco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente no Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerál hatada hosi delegadu sira nain 515 hosi delegadu sira ba Kongresu;
5. Delegadu sira ne'ebé la apoia lista ida ne'e representa menus hosi porsentu 20% hosi delegadu partisipante sira, tanba ida ne'e tuir matemátika laiha le'et atu iha lista konkorrente seluk ida;
6. Karik lejisladór hakarak atu limita sistema eleisaun titular sira hosi Órgaun Diresaun Partidu sira nian ba sistema votu diretu no sekretu sei la fó fatin atu hala'o eleisaun liu hosi asembleia representativa, ne'ebé nu'udár votu indiretu ida.

voto directo e secreto não poderia admitir a eleição através de assembleia representativa, que é um voto indirecto;

7. Se o legislador quisesse através da alínea c) do artigo 18º o lei 3/2004, de 14 de Abril, limitar a eleição dos titulares dos órgãos de direcção dos partidos ao sistema de voto directo e secreto teria simplesmente dito que os titulares dos órgãos de direcção só podem se eleitos por voto directo e secreto, ou ainda, pessoal, directo e secreto; se essa tivesse sido a opção do legislador os órgãos de direcção teriam que ser eleitos directamente por voto secreto de todos os filiados, não abrindo a hipótese de votação por via indirecta, através de uma assembleia que no caso é o Congresso;

8. Ao dizer o que disse na alínea c) do artigo 18º, o entendimento deve ser o da necessidade de se marcar a diferença, isto é, quando o voto é por todos os filiados deve ser directo e secreto, mas quando é por assembleia representativa (de mandatários) em nome da transparência e, obedecendo à conjuntura política e social, aos delegados ao Congresso se deve conferir a decisão da escolha do sistema de votação, para que melhor possam responder perante os seus mandantes ou eleitorado;

9. No primeiro Congresso da FRETILIN, em 2001, os delegados optaram pelo voto secreto; antes disso houve duas Conferências Nacionais, uma em 1981, em Timor-Leste, em que se desconhece o método de votação utilizado, e outra em 1998, em Sydney, Austrália, em que se adoptou o voto por braço no ar;

10. É verdade que os delegados ao Congresso foram eleitos por voto directo e secreto dos filiados;

11. A opinião do Presidente da República não pode servir de argumento para "ilegitimar" actos de Congresso de qualquer partido político, visto que a decisão sobre essa questão cabe ao Tribunal de Recurso, nos termos do artigo 29º, nº 2, da Lei 3/2004;

12. A ratio do artigo 17º dos Estatutos aprovados no II Congresso da FRETILIN é a seguinte:

a) Quando se refere ao "voto pessoal, directo e secreto" quer-se dizer, em termos de regra, o voto de todos os militantes chamados a exercê-lo directa e pessoalmente, como acontece com a eleição dos delegados ao Congresso;

b) Os delegados ao aceitarem representar os delegantes devem fazê-lo ou querer fazê-lo na linha e no sentido do voto conferido pelos mandantes. A ser assim, podem preferir um acto mais aberto, mais transparente e tão democrático quanto o voto secreto e directo;

c) Nessa linha de pensamento é legítimo que os delegados tenham preferido no II Congresso o voto de braço no ar.

Alega ainda a FRETILIN que a impugnação da decisão deu entrada no tribunal muito depois do prazo legal para o efeito, e, portanto, as eleições impugnadas se convalidaram e são totalmente válidas e inquestionáveis.

Notificados os requerentes da resposta e documentos que a acompanharam vieram eles pronunciar-se nos termos do requerimento que se encontra nos autos, nomeadamente sobre a questão da extemporaneidade da impugnação.

7. Karik lejisladór hakarak liu hosi alinea c) artigu 18º Lei no. 3/2004, loron 14 fulan Abril, atu fó limite eleisaun ba titular sira hosi órgaun direisaun partidu sira nian ba sistema votu diretu no sekretu sei temi bainhira katak titular sira hosi órgaun sira direisaun nian, bele eleitu deit liu hosi voto diretu no sekretu, ka sei pesoál, diretu no sekretu; karik ida ne'e nu'udár opsaun hosi lejisladór nian ba filiadu hotu-hotu, la biban ba votasaun ne'ebé la tuir dalan, liu hosi assembleia ida hanesan kazu kongresu.

8. Atu temi saida maka temi tiha ona iha alinea c) hosi artigu 16º, nia komprensaun tenkesér tuir nesidade atu hodi marka nia diferença, ne'e katak, bainhira votu hosi filiadu sira hotu tenkesér diretu no sekretu, bainhira liu hosi assembleia representativa (mandatáriu sira nian) hodi naran transparensia nian no, sei halo tuir konjuntura politika no sociál, ba delegadu sira Kongresu nian atu bele konfere ka hili desizaun hodi hili sistema votasaun atu nune'e bele hatán didi'ak iha mandante ka eleitoradu sira nia oin.

9. Iha Kongresu dahuluk FRETILIN nian, iha tinan 2001, delegadu sira hili tiha liu hosi votu sekretu molok ida ne'e iha tina ona Konferénsia Nasionál rua, ida iha tinan 1981, iha Timor Leste, ne'ebé ita la hatene método votasaun saida maka uza, no ida seluk iha tinan 1998 iha Sidney, Austrália, ne'ebé adapta tiha votu liu hosi foti liman :

10. Loos duni katak delegadu sira iha Kongresu laran hili tuir votu diretu no sekretu hosi filiadu sira :

11. Opiniun hosi Prezidente Repúblika nian labele sai nu'udár argumentu atu ilejitima asaun sira Kongresu nian ba Partidu Politiku ne'ebé de'it, tanba desizaun kona-ba kestaun ida ne'e kompeténsia Tribunál Rekursu nian, haktuir iha artigu 29º, nº. 2, Lei nº. 3/2004 nian.:

12. Signifikadu hosi artigu 17º kona-ba Estatutu sira ne'ebé aprova tiha iha Kongresu daruak FRETILIN nian hanesan tuir mai ne'e :

a) Bainhira temi kona-ba "voto pesoál, diretu no sekretu" hakarak dehan tuir kona-ba regra, votu hosi militante hotu-hotu atu hala'o diretu no ema ida-idak, nu'udár saida maka akontese iha eleisaun delegadu sira nian ba Kongresu;

b) Delegadu sira baihira hatán atu representa delegante sira tenke halo ka hakarak halo tuir iha liña no ho hanoin sentidu votu nian ne'ebé fó hosi mandante sira. Atu nune'e, bele dehansai asaun ruma ne'ebé klaru liu, transparente no demokrátiku teb-tebes kona-ba votu sekretu no diretu;

c) Hanoin liña hanoin ida hanesan ne'e lejitimu katak delegadu sira iha Kongresu daruak (II) prefere votu foti liman.

FRETILIN alega mós katak rekursu kona-ba desizaun ne'ebé hatada ba tribunál Rekursu nian liu dook liu hosi prazu legál ne'ebé atu halo rekursu, no tan-ba ida ne'e eleisaun sira ne'ebé rekorre konsidera vale no validu hotu kedas no labele book (kestiona) taan

Hafoin fó-hatene tiha mahusuk sira kona-ba nia resposta no dokumentu sira ne'ebé akompaña mai sira pronunsia tuir termu mahusuk ne'ebé maka hetan iha autu prosesu nian liuliu kona-ba kestaun reskursu ne'ebé liutiha ona prazu.

Cumpre apreciar e decidir

São as seguintes as questões que o Tribunal de Recurso deve decidir:

- (a) Se o Tribunal de Recurso é competente para decidir da petição apresentada;
- (b) Se é obrigatório o recurso prévio à Comissão Nacional de Jurisdição a quem, nos termos do artº 79º, nº 1 - e), dos Estatutos do partido, compete instruir e julgar os processos de validade das deliberações dos órgãos nacionais e distritais da FRETILIN, e qual a consequência da eventual preterição dessa instância;
- (c) Se a impugnação da deliberação do II Congresso da FRETILIN foi apresentada dentro do prazo legal e qual a consequência da sua não apresentação atempada;
- (d) Se o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN, que permite a eleição por braço no ar, viola o artigo 18º - c) da Lei 3/2004;
- (e) Se a eleição por votação por braço no ar de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral da FRETILIN, contraria o disposto na Lei 3/2004, e envolve a ilegitimidade da actual liderança destes;
- (f) Se o tribunal pode ordenar ao Partido FRETILIN que realize congresso extraordinário para a escolha de nova liderança.

II - Os factos provados

São os seguintes os factos relevantes para a decisão que o Tribunal considera provados:

O Partido FRETILIN realizou o seu II Congresso, em Dili, nos dias 17, 18 e 19 de Maio de 2006; Nesse Congresso foram aprovados os estatutos do partido, de que se encontra texto integral nos autos; Nesses estatutos está escrito no seu artigo 17º, entre outras coisas, o seguinte:

- 1. O voto é pessoal, directo e secreto nas eleições para os cargos dos órgãos da FRETILIN a todos os níveis.
- 2. Pode haver a votação de braço no ar se para tal for proposto por 10% dos delegados ou membros presentes dos órgãos e aprovados pela maioria"; e no seu artigo 55º, entre outras coisas, o seguinte: " 1. O Presidente e o Secretário Geral da FRETILIN são eleitos pelo Congresso Nacional em lista única fechada. 2. As listas únicas são propostas por um número mínimo de 20% dos Delegados ao Congresso".

Nesse Congresso foi apresentada apenas uma lista única de candidatos para Presidente e Secretário Geral da FRETILIN, integrada por Francisco Guterres Lu-Olo para o cargo de Presidente e Mari Alkatiri para o cargo de Secretário Geral; Nesse Congresso participaram 577 delegados dos 586 que foram convocados;

A lista de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral foi proposta e apoiada por 515 dos delegados ao Congresso;

Votaram a favor de Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral da FRETILIN 550 delegados

Haktuir hodi lehat no hakotu

Tribunál Rekursu tenke hakotu kestaun sira tuir mai ne'e :

- (a) Tribunál Rekursu de'it maka iha kompeténsia hodi hakotu konaba hahusuk ne'ebé hatada tiha ;
- (b) Iha obrigasaun atu hato'o uluk rekursu ba Komisaun Nasionál Jurisdisaun nian ne'ebé tuir artigu 79º, nº. 1 - e), hosi Estatutu sira Partidu nian, kompete atu hala'o no hakotu prosesu sira ne'ebé ho validade tuir desizaun sira hosi Órgaun nasional no distritál FRETILIN nian, ne'e nu'udár konsekuénsia tanba hakat liu tiha instánsia ida ne'e;
- (c) Rekursu kona-ba desizaun hosi Kongresu daruak (II) FRETILIN nian hatada tiha tuir prazo legál no nu'udár konsekuénsia tanba la hatada tuir prazo;
- (d) Karik artigu 17º, nº.2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian, permite eleisaun foti liman sakar artigu 18º, -c) hosi Lei nº. 3/2004;
- (e) Karik votasaun ho foti liman ba Francisco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente no Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerál FRETILIN nian, latuir saida maka haktuir Lei nº. 3/2004, no envolve kataka sira-nia lideransa llejitemu;
- (f) Karik Tribunál bele haruka Partidu FRETILIN atu hala'o Kongresu estraordináriu hodi hili lideransa foun.

II - Faktu sira ne'ebé hetan prova

Tuir mai ne'e faktu relevante sira ba desizaun Tribunál nian ne'ebé konsidera katak iha tiha ona prova:

Partidu FRETILIN hala'o tiha nia Kongresu daruak (II), iha Dili, iha loron 17, 18 no 19 fulan Maiu tinana 2006; Iha Kongresu ida ne'e aprova tiha Estatutu sira Partidu nian ne'ebé bele haree testu integrál iha autu sira. Iha Estatutu sira ne'e hakerek tiha ona iha niania artigu 17º, nº buat seluk taan, hanesan tuir mai ne'e:

- 1. " Votu ne'e pesoál, diretu no sekretu iha eleisaun sira ba kargu Órgaun sira FRETILIN nian ba nivel hotu-hotu.
- 2. Bele iha mós votasaun foti liman karik ida ne'e husu hosi porsentu 10% delegadu sira ka membru sira ne'ebé presente hosi orgaun sira nian no aprova tiha hosi maioria" no iha nia artigu 55º, ho buat seluk taan, tuir mai ne'e: 1. Prezidente no Sekretáriu Jerál FRETILIN nian sira eleitu hosi Kongresu Nasionál hosi lista únika ne'ebé taka. 2. Lista únika sira hato'o hosi número minimu ida porsentu 20% hosi delegadu sira ba Kongresu .

Iha Kongresu ida ne'e hatada deit lista únika ida hosi kandidatu sira ba Prezidente no Sekretáriu Jerál FRETILIN nian, ne'ebé integra Francisco Guterres Lu-Olo ba Kargu Prezidente no Mari Alkatiri ba kargu Sekretáriu Jerál. Iha Kongresu ida ne'e partisipa hosi delegadu sira nain 577 hosi 586 ne'ebé konvoka tiha.

Lista hosi Francisco Guterres Lu-Olo ba Prezidente no Mari Alkatiri ba Sekretáriu Jerál hato'o no apoia hosi delegadu sira nain 515 Kongresu nian;

Vota tiha favór ba Francisco Guterres Lu-Olo ba Prezidente no Mari Alkatiri ba Sekretáriu Jerál FRETILIN hosi delegadu

ao Congresso;

O requerimento em que se impugna essa eleição entrou no Tribunal de Recurso em 6 de Julho de 2006.

IV - A competência do Tribunal de Recurso

Os requerentes dirigiram o pedido de impugnação de decisão tomada pelo II Congresso do Partido FRETILIN ao Tribunal de Recurso, dizendo que essa decisão violou o artigo 18º - c) da Lei 3/2004 (sobre os partidos políticos).

O artigo 29º da citada lei diz que :

1. O tribunal competente para a presente lei é o Supremo Tribunal de Justiça.
2. Enquanto o Supremo Tribunal de Justiça não estiver instalado e iniciar funções, as competências previstas na presente lei serão exercidas transitoriamente pelo Tribunal Superior de Recurso em colectivo exclusivamente composto por magistrados judiciais nacionais."

Não obstante a expressão "Tribunal Superior de Recurso" utilizada no número 2 desse artigo, não temos dúvida de que o legislador querer referir-se ao Tribunal de Recurso, que era a instância judicial máxima em funções em Timor-Leste a quando da entrada em vigor da Constituição timorense e continua a sê-lo hoje, por força do disposto no artigo 164º desse diploma legal, conjugado com os artigo 14 do Regulamento 11/2000, alterado pelo Regulamento 25/2001, todos da UNTAET, e 110º, nº 2, da Lei 8/2002, de 20 de Setembro, na redacção dada pela Lei 11/2004.

O Colectivo que está a decidir dessa questão é composto por três juizes de nacionalidade timorense, em cumprimento do disposto no número 2 do referido artigo 29º. Para completar o número de juizes nacionais exigido por lei, o Conselho Superior da Magistratura Judicial indicou para integrar esse colectivo a juíza estagiária Maria Natércia Gusmão Pereira, nos termos do referido artigo 110º, nº 2, da Lei 8/2002.

Portanto, o Tribunal de Recurso tem competência para conhecer da petição e o Colectivo de Juizes tem a composição exigida por lei.

V - Preterição do recurso prévio à Comissão Nacional de Jurisdição

Não há indicação nos autos de que, antes de se dirigir ao tribunal, os requerentes tivessem recorrido à Comissão Nacional de Jurisdição da FRETILIN, a quem, nos termos do artº 79º, nº 1 - e), dos Estatutos do partido, compete instruir e julgar os processos de validade das deliberações dos seus órgãos nacionais e distritais.

No entanto, não há disposição legal ou estatutária a obrigar o recurso prévio a esse órgão antes de provocar a intervenção do tribunal; e, na falta dessa disposição legal ou estatutária, entende este Colectivo de Juizes que a preterição dessa instância não pode impedir o recurso ao tribunal.

VI - A extemporaneidade da apresentação da impugnação ao tribunal

A FRETILIN alega na sua resposta que quando os requerentes apresentaram no tribunal a impugnação das eleições para os cargos de Presidente e Secretário Geral já tinha passado há muito o prazo legal para o efeito, e, portanto, as eleições impug-

Kongresu nian nain 550;

Mauhusuk ne'ebé sakar eleisaun ida ne'e hatama tiha ba Tribunál Rekursu nian iha loron 6 fulan Juñu tinan 2006.

IV. - Kompeténsia Tribunál Rekursu nian.

Mahusuk sira ne'ebé la simu desizaun ne'ebé hola hosi Kongresu daruak (II) Partidu FRETILIN nian ba Tribunál Rekursu, haktuir katak desizaun ida ne'e sakar tiha artigu 18º, - c) hosi Lei nº. 3/2004 (Kona-ba Partidu Politiku sira).

Artigu 29º hosi lei ne'ebé temi tiha ona hateten katak :

- " 1. Tribunál competente ba lei ida ne'e maka Supremu Tribunál Justisa nian.
2. Banhira Tribunál Supremu Justisa nian seidauk harii hodi hala'o nia kna'ar sira, kompeténsia sira ne'ebé haktuir iha artigu ne'e sei hala'o tranzitória de'it hosi Tribunál Superiór Rekursu nian ho koletivu eskluziva ne'ebé kompostu hosi majistradu Judisiál nasional sira."

Maski temi tiha "Tribunál Superiór Rekursu nian" iha número 2 artigu ida ne'e, ita la duvida katak lejisladór hakarak temi Tribunál Rekursu , ne'ebé nu'udár instánsia judiciál máxima ne'ebé hala'o kna'ar iha Timor -Leste bainhira tama tiha ona iha vigór Konstituisaun Timor nian no ohin loron sei nafatin, tuir saida maka haktuir iha artigu 164 hosi diploma legál ida ne'e, hamutuk ho artigu sira 14º hosi Regulamentu número 11/2000, ne'ebé altera tiha ho Regulamentu número 25/2001, sira hotu hosi UNTAET nian, no 110, nº.2, hosi Lei nº. 8/2002, loron 20 fulan Setembru hosi redasaun ne'ebé fó hosi Lei nº. 11/2004.

Koletivu ne'ebé hakotu dauidaun kestaun ida ne'e kompostu hosi Juis nain tolu ho nasionalidade Timoroan, hala'o tuir saida maka haktuir iha número 2 hosi artigu 29 ne'ebé temi tiha ona. Hodi kompleta número juis nasional ne'ebé lei ezije, Konsellu Superiór Majistratura Judisiál nian hatudu atu integra iha koletivu ida ne'e juija estaziária Maria Natércia Gusmão Pereira, tuir artigu 110, nº. 2, hosi Lei no. 8/2002.

Portantu, Tribunál Rekursu nian iha kompeténsia atu koñese petisaun, no Koletivu Juis nian iha kompozisaun tuir saida maka lei ezije.

V - Rekursu ne'ebé ható'o hakat liu tiha Komisaun Nasionál Jurisdisaun Nian

La hatudu iha autu sira katak, molok ba tribunal mahuluk sira rekorre uluk ona ba Komisaun Nasionál Jurisdisaun FRETILIN nian tuir saida maka haktuir iha artigu 79º, nº 1-e) hosi estatutu sira partido nian, ne'ebé compete atu hala'o no julga procesu sira ne'ebé válidu tuir desizaun hosi órgaun Nasionál ka distritál nian.

Maibe, laiha dispozisaun legál ka estatuária hodi obriga atu ható'o uluk rekursu ba iha órgaun ne'e molok atu husu intervensaun tribunál nian; no bainhira laiha dispozisaun legál ka estatuária, koletivu Juiz ida ne'e hanoin katak ho hakat liu tiha instánsia ida ne'e la satan netik rekursu ba tribunál.

VI - Kontestasaun ne'ebé ható'o ba Tribunál liu dook tiha ona hosi prazu loloos.

FRETILIN ható'o iha nia resposta katak bainhira mahusuk sira ható'o tiha ba Tribunál sirania protestu eleisaun sira nian ba kargu sira Prezidente no Sekretáriu Jerál liu dook tiha ona prazu legál ba ida ne'e, no bainhira eleisaun sira ne'ebé hetan protestu hetan validade no hotu-hotu válidu no labele book taan.

nadas se convalidaram e são totalmente válidas e inquestionáveis. Argumenta que, nada prevendo a lei sobre os partidos políticos ou outra lei que se aplique ao caso, a norma que regula o prazo para a impugnação judicial das deliberações dos partidos políticos será a prevista do Código do Processo Civil no seu artigo 119º, nº 1, que determina que é de dez dias o prazo geral para a prática de actos processuais, na falta de prazo específico, e no seu artigo 109º que determina que o prazo processual é contínuo.

Na verdade a referida Lei 3/2004 nada estabelece sobre o prazo para a impugnação ou arguição da violação das suas normas; nem existe outra norma específica aplicável ao caso. Assim, o tribunal tem que preencher essa lacuna da lei aplicando subsidiariamente a norma do Código de Processo Civil sobre os prazos. Neste código encontramos o artigo 119º, nº 1, que diz: na falta de disposição especial, é de dez dias o prazo para as partes requererem qualquer acto ou diligência, arguirem nulidades, deduzirem incidentes ou exercerem qualquer outro poder processual" e o artigo 109º, que diz: o prazo processual é contínuo, suspendendo-se apenas durante as férias judiciais. Tendo em conta que o Congresso começou em 17 e terminou a 19 de Maio de 2006, quando em 6 de Julho de 2006 a petição da impugnação da eleição feita nesse Congresso entrou no Tribunal de Recurso, já tinham decorrido, pelo menos, 48 dias sobre a data da eleição.

Os requerentes não deram qualquer justificação válida para o facto de só terem apresentado a impugnação naquela data. Alegam apenas, por um lado, que a instabilidade política de Maio e Junho afectou o seu esforço legal, e, por outro, que tinham invocado na impugnação a nulidade absoluta com base no artigo 48º da Constituição.

Sobre o ter a instabilidade política do país afectado o esforço legal dos requerentes, este Colectivo de Juizes não consegue perceber em que é que a instabilidade política do país afectou o esforço legal dos requerentes, nem o que eles querem dizer por "esforça legal". Se é verdade que o país tem passado por uma situação de perturbação e insegurança, sobretudo na semana que se seguiu à da realização do Congresso da FRETILIN, o certo é que os tribunais continuaram abertos ao público e os requerentes nada alegam nem demonstram que essa situação os impediu totalmente de se dirigir ao Tribunal e apresentar o requerimento de impugnação no prazo devido, de modo a poder beneficiar do mecanismo de justo impedimento previsto no artigo 111º do Código do Processo Civil. Além disso, a partir da chegada a Timor-Leste das forças internacionais, no dia 26 de Maio, menos razão havia a situação do país constituir um impedimento para os requerentes o fazerem. Finalmente se a decisão da impugnação é tão importante para a resolução da crise política que Timor-Leste atravessa, como os requerentes sugerem no final do seu requerimento inicial, menos ainda se compreende por que demoraram eles 48 dias a apresentar a impugnação que deveriam ter apresentado no prazo de 10 dias.

Sobre o terem os requerentes invocado na impugnação a nulidade absoluta com base no artigo 48º da Constituição, o Colectivo de Juizes não consegue perceber a relação que existe entre a nulidade absoluta e o artº 48.º da Constituição nem o que é o direito de petição consagrado nesse artigo tem a ver com o prazo para a apresentação da impugnação. Sobre a alegada invocação da "nulidade absoluta" na impugnação, o que se pode encontrar no requerimento inicial dos requerentes eles é que aí não falam de nulidade absoluta mas de anulação, sendo certo que juridicamente nulidade absoluta e anulação são coisas diferentes. O certo é que, como veremos mais à frente, não há lugar, quer à nulidade ou quer à anulabilidade da eleição impugnada, por ela não violar o citado artigo 18º - c) da

Argumenta mós katak, lei la prevee buat ida koba-ba partidu politiku sira ka lei seluk ne'ebé aplika ba kazu ne'e, norma ne'ebé regula prazu atu bele halo protestu judisiál kona-ba desizaun partidu politiku sira nian ne'ebé haktuir iha Kodigu Prosesu Sivil iha nia artigu 119, nº. 1, maka hakotu katak loron sanulu nee prazu jerál atu hala'o asaun prosesuál sira, karik laiha prazu espesifiku, no iha nia artigu 109 maka determina katak prazu prosesuál sei la'o nafatin

Loos duni Lei nº. 3/2004 ne'ebé temi tiha ona la estabele kona-ba prazu atu reklama ka akuza kona-ba sakar (violasaun) norma sira, laiha norma espesifiku seluk aplikável ba kazu ne'e. Nune'e mós, tribunál tenke prenxe le'et (lakuna) hosi lei aplikável subsidiária ba norma hosi Kódigu Prosesu Siv?l nian kona-ba prazu sira. Iha Kódigu ida ne'e ita haree iha artigu 119, nº. 1, ne'ebé hateten : Bainhira la iha dispozisaun especiál, loron sanulu prazu atu sorin rua hato'o asaun dilijénsia ruma, husu atu anula tiha, konklui insidente sira ka, hala'o podér prosesuál seluk ruma, no artigu 109, haktuir katak : prazu prosesuál la'o nafatin, suspende de'it ba fêria judiciál sira.

Konta katak Kongresu hahú iha loron 17 no ramata iha loron 19 fulan Maiu tinan 2006, bainhira iha loron 6 fulan Jullu 2006 petisaun atu reklama eleisaun ne'ebé hala'o iha Kongresu ida ne'e tama tiha ba Tribunál Rekursu nian, liu tiha ona, pelumenus loron 48 hafoin eleisaun.

Mahusuk sira la fó justifikasaun válida ruma tanba saida maka sira foin hatada reklamasau iha loron ne'e. Sira hatada deit katak, hosi sorin ida, katak instabilidade politika iha fulan Maiu no Juñu nian afeta tiha sira-nia esforsu legál, no hosi sorin seliuk katak sira hato'o iha sira-nia protestu atu anula hotu ho baze iha artigu 48º Konstituisaun nian.

Kona-ba instabilidade politika pais nian maka afeta tiha esforsu legál mahusuk sira-nian, Koletivu Juis ida ne'e la komprende iha saida maka instabilidade politika pais nian afeta tiha " esforsu legál" mahusuk sira-nian . Karik loos duni pais ne'e liu tiha hosi situasaun ida ne'ebé susar no inseguransa, liuliu iha semana ida ne'ebé hafoin ramata tiha Kongresu FRETILIN nian, buat ne'ebé loos maka, tribunal sira nakloke nafatin ba públuku no mahusuk sira la hato'o no mós la hatudu katak situasaun ida ne'ebé maka satan netik sira atu ba tribunál hodi hato'o hahusuk hodi protesta iha prazu ne'ebé loos, hodi nune'e bele fó benefisiu ba mekanizmu impedimentu ne'ebé justu tuir artigu 111 hosi Kódigu Prosesu Sivil. Aleinde ida ne'e, hahú hosi loron ne'ebé forsa internasionál sira to'o Timor Leste, iha loron 26 fulan Maiu, la iha razaun sufisiente katak situasaun rai laran maka satan netik mahusuk sira atu hato'o. Ikus liu desizaun kona-ba protestu ne'ebé importante teb-tebes atu hakotu krize politika ne'ebé Timor hasoru, Hanesan saida maka mahusuk sira sujere iha sira-nia hahusuk inisiál nia rohan, sei la komprende liutan tanba saida maka sira demora kedas lorom 48 foin hatada sira-nia protestu, maibe tuir loloos hato'o iha prazu loron 10 nia laran.

Kona-ba saida maka sira hato'o tiha iha sira-nia protestu atu anula kedas tiha ho baze iha artigu 48 Konstituisaun nian, Koletivu Juis sira la komprende kona-ba relasaun saida maka iha entre nulidade absoluta iha artigu 48º. Konstituisaun nian la temi kona-ba direitu atu hatada petisaun ne'ebé konsagra tiha iha artigu ida ne'e, kona-ba prazu atu hatada protestu. Kona-ba hahusuk "nulidade absoluta" nian iha protestu, saida maka bele hetan iha hahusuk inisiál mahusuk sira nian iha ne'eba sira la koalia kona-ba nulidade absoluta maibe kona-ba anulasaun, loos duni katak juridicamente nulidade absoluta no anulasaun la hanesan. Loos maka, ita sei haree iha oin mai, la iha fatin, hanesan nulidade ka anulabilidade hosi eleisaun ne'ebé protesta, nia sei la sakar artigu 18o -c hosi Lei no. 3/2004 ka norma sira seluk.

Lei 3/2004 ou qualquer outra norma.

Decorrido que está o prazo em que os requerentes pode impugnar a eleição do Presidente e Secretário Geral da FRETILIN, esta já não pode mais ser posta em causa, convalidando-se definitivamente; o tribunal já não pode conhecer do pedido feito pelos requerentes.

Não obstante a extemporaneidade da impugnação impedir o tribunal de conhecer do fundo da questão, entende este Colectivo de Juizes por bem analisar também as questões substanciais levantadas no processo para melhor esclarecer sobre a validade dos argumentos apresentados pelos requerentes no requerimento de impugnação.

VII - O artigo 17º, nº 2, dos Estatutos e o artigo 18º - c) da Lei 3/2004

Os requerentes alegam como fundamento da impugnação da eleição da liderança da FRETILIN a violação do artigo 18º - c) da Lei 3/2004 pelo artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN, que permite a eleição do Presidente e Secretário Geral da FRETILIN por votação por braço no ar e a utilização do voto por braço no ar nessa eleição.

Apresentam vários argumentos que iremos analisar a começar pelos menos relevantes, deixando para o fim o que carece de maior explicação.

O primeiro dos argumentos invocados pelos requerentes a favor da sua tese é o de que o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN contraria o disposto no número 1 do mesmo artigo, que diz: "O voto é pessoal, directo e secreto, nas eleições para os cargos dos órgãos da FRETILIN a todos os níveis".

Sobre esse argumento o que se pode dizer é que quem leia o artigo 17º, mesmo que não tenha qualquer formação jurídica, não terá dificuldade em ver que a norma do seu número 2 contém uma excepção à regra constante do seu número 1; mas também não terá certamente dificuldade em se lembrar do ditado popular "não há regra sem excepção", que quer precisamente dizer que todas as regras têm sempre uma excepção. Quem já alguma vez tenha lido estatutos, leis ou outros instrumentos normativos de certeza já se deparou com vários artigos contendo num dos seus números a norma que estabelece a regra e noutra a norma que estabelece a excepção. O facto de o artigo 17º conter ao mesmo tempo uma regra no seu número 1 e uma excepção no seu número 2 nada adianta sobre o questão de saber se o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN viola o artigo 18º - c) da Lei 3/2004.

Um segundo argumento é o de que tem sido prática do Partido FRETILIN desde 1974 a sua liderança ser eleita por voto directo e secreto.

Sobre este argumento basta dizer, primeiro, que a FRETILIN contesta a afirmação de que tem sido prática a sua liderança ser eleita por voto directo e secreto e os requerentes não cumpriram o ónus de provar o que alegam; segundo, que, mesmo estando provada essa prática, ela é irrelevante para a questão de saber se o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN viola o artigo 18º - c) da Lei 3/2004, por não haver norma legal ou estatutária que obrigue o partido a eleger a sua liderança de acordo com a sua prática anterior.

Um terceiro argumento é o de que os delegados que participaram no congresso foram eleitos por voto secreto.

Sobre este argumento diremos apenas que o facto de os delegados que participaram no congresso terem sido eleitos por voto secreto não implica que a eleição do Presidente e do Secretário Geral da FRETILIN devam ser eleitos por voto secreto.

Liu tiha ona prazu ne'ebé mahusuk bele protesta eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál FRETILIN nian, ida ne'e labele kestiona taan, nu'udár válidu definitivamente ona; Tribunál lakohi hatene taan kona-ba hahusuk ne'ebé hato'o hosi mahusuk sira.

Maski prazu atu reklama liu dook tiha ona la satan tribunál atu buka hatene klean didiak kona-ba kestaun ne'e, Koletivu Juis sira sei analiza didiak kestaun substansiál sira ne'ebé hato'o iha prosesu hodi nune'e bele esklareso diak liutan kona-ba validade argumentu sira ne'ebé hosi mahusuk sira iha hahusuk protestu nian.

VII - artigo 17º, nº. 2, hosi Estatutu sira no artigo 18º - c) hosi Lei nº. 3/2004

Mahusuk sira hatada nu'udár fundamentu protestu nian kona-nia eleisaun ba lideransa FRETILIN nian, no violasaun artigo 18º - c hosi Lei nº. 3/2004 hosi artigo 17º, nº. 2 hosi Estatutu sira FRETILIN nian ne'ebé permite eleisaun ba Prezidente no Sekretáriu Jerál FRETILIN nian liu hosi votasaun foti liman no kona-ba uza votasaun foti lima iha eleisaun ida ne'e. Hatada argumentu bar-barak no ita sei hahú analiza hosi sira ne'ebé ladun relevante, no husik ba ikus sira ne'ebé presiza esplikasaun klean liu.

Argumentu dahuluk ne'ebé hato'o hosi mahusuk sira favór ba sira-nia teze maka artigo 17º, nº. 2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian ne'ebé sakar fali saida maka haktuir iha nº. 1 hosi artigo ne'e duni, hateten katak : " Votu pesoál, diretu no sekretu, iha eleisaun sira ba kargu órgaun sira FRETILIN nian iha nivel hotu-hotu".

Kona-ba argumentu ida ne'e it labele hateten katak se de'it maka lee artigo 17º., maski laiha formasaun juridika ruma mós sei la susar atu haree katak norma ne'ebé iha nia número 2 iha exesaun ida kona-ba regra ne'ebé hosi ninia número 1; maibe sei la susar atu hanoin konaba ditadu popular ne'ebé hateten katak "laiha regra bainhira laiha exesaun", ne'e hakar hatete loloos katak regra hotu-hotu sempre iha exesaun ida. Sé maka dala ruma lee tiha ona estatutu sira, lei ka instrumentu normativa seluk konserteza haree tiha ona artigo bara-barak ne'ebé iha ninia número sira ida temi kona-ba regra no, iha ida seluk temi kona-ba exesaun. Razaun katak artigo 17º. mós regra ida iha ninia número 1 no exesaun ida iha ninia número 2 la adianta buat ida kona-ba kestaun atu hatene se artigo 17º, nº. 2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian sakar artigo 18º - c lei nº. 3/2004.

Argumentu daruak maka nu'udár prátika Partridu FRETILIN nian hosi tinan 1974 nia lideransa sira eleitu liu hosi votasaun diretu no sekretu.

Kona-ba argumentu ida ne'e ita hateten deit, dahuluk, katak FRETILIN kontesta nia afirmasaun katak nu'udár prátika nia lideransa sira eleitu liu hosi votasaun diretu no sekretu, no mahu-suk sira la halo tuir devér oinsá atu prova saida maka sira hato'o; daruak, katak, mezmuke bele prova tiha prátika ida ne'e, maibe la'ós relevante ba kestaun atu hatene se artigo 17º, nº. 2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian sakar artigo 18º - c hosi lei nº. 3/2004, taan de'it laiha norma legál ka estauária hodi obriga Partidu ne'e atu hili nia lideransa tuir hahalok uluk nian. Argumentu datoluk kona-ba delegadu sira ne'ebé partisipa tiha iha Kongresu eleitu liu hosi votasaun sekretu.

Kona-ba argumentu datoluk hateten deit katak delegadu sira ne'ebé partisipa tiha iha kongresu taan deit sira eleitu liu hosi votasaun sekretu la implika katak eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál FRETILIN nian tenkesér eleitu mós liu hosi votasaun sekretu.

Um quarto argumento é o de que o Presidente da República disse no seu discurso à nação de 22 de Junho de 2006 que a eleição da liderança da FRETILIN era ilegal por ter sido feita por votação por braço no ar.

Sobre esse argumento diremos que essa declaração só pode ter o valor de uma opinião, visto que nem a lei nem a Constituição atribui ao Presidente da República competência para declarar a ilegalidade da liderança de qualquer partido. Por outro lado o Tribunal não pode basear-se nessa opinião para decidir sobre esta impugnação, antes tem que fazê-lo de acordo com os factos provados e a lei aplicável ao caso (artigos 119º e 120, nº 2, da Constituição).

Um quinto argumento é o de que a eleição por braço no ar não dá liberdade aos delegados para expressar a sua convicção política porque sempre existe pressão psicológica, política, física por parte de quem tem o poder, e, como tal, pode matar o espírito democrático consagrado na constituição e na lei de Timor-Leste.

Sobre esse argumento diremos que não é de aceitar a afirmação categórica de que a eleição por braço no ar nunca dá liberdade aos delegados para manifestar a sua convicção política, embora se reconheça uma certa dose de risco de essa forma de voto poder afectar a liberdade do votante e a necessidade de imposição do voto secreto em determinadas situações. Mas, quando se trata de eleição através de delegados em Congresso, como é caso, a utilização do método de braço no ar tem a virtualidade de conferir maior transparência, a par do controlo dos filiados sobre os delegados que eles escolheram, controlo que voto secreto não permitiria.

O último argumento dos requerentes a favor de violação da alínea c) do artigo 18º da Lei 3/2004, que deve merecer maior atenção deste Colectivo de Juizes, é o próprio texto dessa alínea que diz: "*os titulares dos órgãos de direcção só podem ser eleitos, por voto directo e secreto de todos os filiados ou de assembleia deles representativa*".

É no texto desta alínea que assenta basicamente a impugnação, e será através da descoberta do significado desse texto, por via da sua interpretação, que se pode encontrar a resposta à questão de fundo.

Sem entrarmos em grandes explicações teóricas, importa indicar aqui alguns princípios que devem orientar este Colectivo na interpretação da lei: (a) A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada; (b) Não pode ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso; (c) Na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete deve presumir que o legis-lador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

Para a compreensão do sentido do texto referido convém dizermos aqui muito sumariamente o que é o voto, o que significa *voto directo* e o que significa *voto secreto* na perspectiva que aqui interessa, ou seja, como forma de escolha dos titulares dos órgãos de um partido ou do país e de exercício do poder político pelos cidadãos.

O voto é o acto pelo qual os cidadãos escolhem quem eles querem que governe o país ou os filiados de um partido escolhem quem eles querem que lidere o partido. É regra básica da democracia a submissão à vontade da maioria traduzida através do voto ¹.

Argumentu dahaat maka Prezidente República hateten iha nia lia menon ba nasaun iha loron 22 fulan Juñu tinan 2006 katak eleisaun ba lideransa FRETILIN nian la tuir lei tanba hala'o liu hosi votasaun foti lima.

Kona-ba argumentu ida ne'e ita bele hateten deit katak iha ne'e nu'udár opiniaun ida, tanba lei ka Konstituisaun la fó ba Prezidente República kompeténsia atu deklara ilegál lideransa partidu ruma nian. Hosi sorin seluk Tribunál labele bazeia ba opiniaun ida ne'e hodi hakotu kona-ba reklamasau ida ne'e, maibe tenke halo tuir faktu sira ne'ebé prova tiha ona, no lei ne'ebé aplikavel hanesan (artigu sira 119º nº 120, nº. 2, Konstituisaun nian)

Argumentu dalimak maka eleisaun liu hosi foti lima la fó liberdade ba delegadu sira atu espresa ho konviksaun politika tanba sempre iha presauun psikolójika, politika, fizika hosi ema sira ne'ebé iha podér, no ho ida ne'e bele hamate espirtu demokrátiku ne'ebé halulik tiha iha Konstituisaun no lei Timor-Leste nian.

Kona-ba argumentu ida ne'e ita bele hateten kata la aseita afirmasaun kategorika katak eleisaun liu hosi foti lima nunca fó liberdade ba delegadu sira atu manifesta sira-nia konviksaun politika, maski hatene kona-ba perigu bara-barak se karik vota hanesan ne'e no bele hasusar liberdade votante nian no nesidade kona-ba impozisaun votu sekretu nian iha situasan balum. Maibe, bainhira koalia kona-ba eleisaun liu hosi delegadu sira iha Kongresu, hanesan kazu uza métodu votasaun foti lima iha kualidade garante transparénsia, tuir kontrolo filiadu sira nian kona-ba delegadu ne'ebé sira hili tiha, kontrolo katak votu sekretu sei la permite.

Argumentu dahikus mahusuk sira nian favór ba violasaun alinea c) hosi artigu 18º Lei nº. 3/2004, ne'ebé merese atensaun boot hosi Koletivu Juis ida ne'e, testu hosi alinea rasik maka hateten: "*Titular sira hosi órgaun lideransa nian sira bele eleitu de'it, liu hosi votu diretu no sekretu hosi filiadu sira hotu ka assembleia ne'ebé reprezenta hosi sira*".

Iha testu alinea ida ne'e nian maka hatuur baze kona-ba reklamasau nian no tanba liu hosi buka hatene signifikadu testu ne'e nian, liu hosi ninia interpretasaun, maka bele hetan resposta ne'ebé klean kona-ba kestaun ne'e.

Sé ita tama ba esplikasaun teórica ne'ebé boot, presiza hatudu iha ne'e prinsipiu ruma ne'ebé sei orienta Koletivu ida ne'e iha interpretasaun Lei nian: (a) A interpretasaun sei labele haklot letra lei nian, maibe hadia hikas fali hahú hosi testu sira hanoin lejislativu, tenke haliur hotu unidade sistema juridiku nian, sirkunstánsia sira ne'ebé elabora tiha lei no kondisaun espe-sifiku sira kona-ba tempu ne'ebé aplika; (b) La bele konsidera hosi durubasa hanoin lejislativu ne'ebé la haktuir iha lei, minimu korrespondénsia verbál, mezmuke la hato'o kompletu; (c) Bainhira hametin nia sentidu tuir lei, durubasa tenke hanoin katak lejisladór halulik tiha solusaun sira ne'ebé loos no hatene hato'o nia hanoin ho liafuan ne'ebé adekuaudu.

Atu bele komprende sentidu testu ne'ebé temi tiha ona konvein ita hateten ho liafuan badak deit katak saida maka votu ne'e, saida maka signifika **votu diretu** no saida maka signifika **votu sekretu** iha perspetiva ne'ebé ita presiza iha ne'e, ka hanesan, nu'udár forma atu hili titular sira hosi órgaun ida partidu nian ka pais nian no podér politiku ne'ebé hala'o hosi sidadaun sira.

Votu nu'udár dalan ida ne'ebé sidadaun sira hili ema ne'ebé sira hakarak atu lidera partidu. Nu'udár regra bázika demokrasia nian ne'ebé submete ba vontade maioria nian traduz tiha liu hosi votu ¹.

¹ A nossa Constituição, depois de dizer que a República Democrática de Timor-Leste é um Estado de direito democrático, baseado na vontade popular (artº 1º, nº 1), que a soberania reside no povo, que a exerce nos termos da Constituição (artº 2º, nº 1), que o poder político radica no povo e é exercido nos termos da Constituição (artº 62º), indica expressamente em vários dos seus artigos como o povo exerce esse seu poder político. Diz que "os órgãos eleitos de soberania e do poder local são escolhidos através de eleições, mediante sufrágio universal, livre, directo, secreto, pessoal e periódico" (artº 65º, nº 1); que "os partidos políticos participam nos órgãos do poder político de acordo com a sua representatividade democrática, baseada no sufrágio universal e directo (artº 70º, nº 1); que "o Presidente da República é eleito por sufrágio universal, livre, directo, secreto e pessoal" (artº 76º, nº 1); que "o Parlamento Nacional é eleito por sufrágio universal, livre, directo, igual, secreto e pessoal" (artº 93º, nº 1); que "o Primeiro-Ministro é indigitado pelo partido mais votado ou pela aliança de partidos com maioria parlamentar e nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos políticos representados no Parlamento Nacional" (artº 106º, nº 1). Em suma, em democracia é através do voto que os cidadãos exercem o poder soberano e político que a constituição lhe atribui, escolhem o Presidente da República e o Parlamento e determinam quem deve chefiar o Governo.

A lei 3/2004 define os partidos políticos como "organizações de cidadãos de carácter permanente, como o objectivo de participar democraticamente na vida do país e de concorrer para a formação e expressão da vontade política do povo, em conformidade com as leis e com os respectivos estatutos e programas, intervindo nomeadamente no processo eleitoral mediante a apresentação ou o patrocínio de candidaturas" (artº 1º, nº 1) e impõe que a organização interna deles obedeçam a regras democráticas, nomeadamente que os estatutos e programas políticos sejam aprovados pela totalidade dos membros filiados ou pelos órgãos representativos (artº 18º - a)) e que os titulares dos órgãos de direcção só podem ser eleitos, por voto directo e secreto de todos os filiados ou de assembleia deles representativa.

² J. J. Gomes Canotilho - Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Almedina, 4ª edição, pág. 300

O voto pode assumir duas formas: voto directo e voto indirecto.

Como diz o Professor Gomes Canotilho, "O voto directo ou imediato significa que o voto tem de resultar "imediatamente" da manifestação de vontade do eleitor, sem intervenção de "grandes eleitores" ou de qualquer vontade alheia. Por outras palavras: a imediatividade do sufrágio garante ao cidadão activo a "primeira" e a "última palavra", pois os eleitores dão directamente o seu voto aos cidadãos (incluídos ou não em listas) cuja eleição constitui o escopo último de todo o procedimento eleitoral. No sufrágio indirecto ou mediato, os eleitores limitam-se a eleger um colégio de delegados eleitorais ("grandes eleitores") que, por sua vez, escolherão os candidatos para os diversos órgãos do poder político"

Olhando para a alínea c) do artigo 18º da Lei 3/2004, vemos que ela permite a utilização das duas formas de voto na eleição dos órgãos de direcção dos partidos: (a) o voto directo, de todos os filiados; (b) o voto indirecto, através de assembleia representativa dos filiados. Na primeira forma de eleição os próprios filiados escolhem directamente os órgãos de direcção do partido; na segunda forma de eleição os filiados escolhem delegados que, por sua vez, irão escolher, numa assembleia, os titulares dos órgãos de direcção, em representação deles.

Olhando para o conceito de voto directo e voto indirecto (sufrágio indirecto, na expressão utilizada por Gomes Canotilho) vemos que, pela sua própria natureza, o voto da assembleia representativa dos filiados nunca pode ser voto directo, é sempre indirecto. Portanto, quando a alínea c) do artigo 18º fala em voto directo só pode querer referir-se ao voto dos filiados, não pode querer referir-se ao voto do delegado que numa assembleia representa os filiados que o elegeram - o voto feito pelo delegado

¹ Ita-nia Konstituisaun hafoin temi tiha katak Repúblika Demokrátika Timor-Leste nian nu'udár Estadu Direitu Demokrátiku, bazeia ba vontade popular (art. 1º, nº. 1), katak soberania rezide iha povu, ne'ebé hala'o tuir lala'ok Konstituisaun nian (art. 2º, nº. 1), katak poder politiku haabtu iha povu no hala'o tuir lala'ok Konstituisaun nian (artº.62º), no hatudu liuliu iha nia artigu bara-barak hanesan povu hala'o nia poder politiku ida ne'e. Dehan katak órgaun soberania sira ne'ebé eleitu no poder lokal hili sira liu hosi eleisaun sira, tuir sufrájiu universál , livre, diretu, sekretu, pesoál no periódiku" (art.65º,nº.1); katak "partidu politiku sira partisipa iha órgaun sira poder politiku nian tuir ninia representatividade demokrátika, bazeia ba sufrájiu universál no diretu (art. 70º, nº. 1); katak "Prezidente Repúblika" eleitu hosi sufrájiu universál, livre, diretu, sekretu no pesoál" (artº. 76º, nº, 1); katak "Parlamentu Nasionál eleitu tuir sufrájiu universál, livre, diretu, hanesan, sekretu no pesoál" (artº 93º, nº. 1); Primeiru Ministru hatudu hosi partidu ne'ebé hetan votasaun liu ka hosi aliansa partidu sira nian ka maiória parlamentar no nomea hosi Prezidente Repúblika hafoin rona tiha partidu politiku sira ne'ebé representa iha Parlamentu Nasionál" (artº 106º nº 1). Tuir rezumu, iha demokrásia no hosi votu ne'ebé maka sidadaun sira hala'o poder soberanu no politiku ne'ebé Konstituisaun fó ba sira, atu hili Prezidente Repúblika nian no Parlamentu no sira hatudu se maka sei xefia Governu.

Lei nº 3/2004 define katak partidu politiku sira nu'udár organizaesun sidadaun sira nian ho karater permanenmte, nu'udár objetivu atu partisipa tuir demokrásia iha vida pais nian no hodi konkorre ba formasaun no espresau vontade politika povu nian, tuir lei, esatatutu, programa sira intervein liuliu iha prosesu eleitorál ho apresentasaun ka patrosiniu hosi kandidatura sira" (artº 1º, nº 1) no impoin katak sira-nia organizaesun interna obedese regra demokrátika sira, liuliu maka estatutu no programa politiku sira labele hetan aprovasaun hosi membru, filiadu sira hotu ka hosi órgaun representativu sira (artº 18º -a)) no katak titular sira hosi órgaun diresaun nian sira bele eleitu de'it, liu hosi votu diretu no sekretu hosi filiadu sira ka assembleia ne'ebé sira representa.

² J.J. Gomes Canotilho - Direito Constitucional na Teoria Konstituisaun nian . Almedina, 4º edisaun, pág. 300

Votu bele hala'o tuir dalan rua : votu diretu no votu indiretu.

Nu'udár saida maka Profesór Gomes Canotilho hateten, "Votu diretu ka immediatu signifika katak votu ne'e tenke hetan "kedas " rezultadu hosi manifestasaun vontade "ho liafuan seluk : katak imediatividade sufrájiu nian garante ba sidadun ativu sira "liafuan dahuluk no dahikus nian", tanba eleitór sira fo sira-nia votu diretamente ba sidadaun sira "hatama tiha ka lahatama iha lista"eleisaun ne'e nu'udár eskopu dahikus hosi lala'ok eleitorál nian hotu. Iha sufrájiu indiretu ka mediatu, eleitór sira limita de'it atu eleje koleiju delegadu eleitoral nian ida ("eleitór boboot sira") sei hili kandidatu sira ba órgaun poder politiku nian oiain)²

Haree ba alinea c) hosi artigu 18º Lei nº 3/2004, ita haree katak nia permite atu uza forma rua oinsa atu vota iha eleisaun órgaun sira diresaun partidu sira nian : (a) votu diretu, hosi filiadu sira hotu; (b) votu indiretu, liu hosi assembleia ne'ebé representa filiadu sira. Iha forma dahuluk eleisaun nian filiadu sira rasik eskolla diretamente órgaun sira diresaun partidu nian; Iha forma daruak eleisaun nian filiadu sira eskolla delegadu sira ne'ebé sei ba hili, iha assembleia ida, titular órgaun sira diresaun nian, hodi representa sira.

Heree ba konseitu votu diretu no votu indiretu (sufrájiu indiretu, iha espresau ne'ebé uza hosi Gomes Canotilho) ita haree katak, hosi nia natureza rasik, votu hosi assembleia representativa filiadu sira nian nunka bele sai nu'udár votu diretu, ne'e sempre indiretu. Portantu, bainhira alinea c) hosi artigu 18º temi kona-ba votu diretu bele refere de'it ba votu filiadu sira nian, labele refere fali ba votu delegadu sira nian ne'ebé iha assembleia representa sira ne'ebé maka hili tiha nia - votu ne'ebé delegadu sira fó nunka bele sai nu'udár votu diretu, bele sai deit nu'udár votu

nunca pode ser voto directo, só pode ser um voto indirecto.

Por sua vez, no voto secreto não é possível saber em quem votou o filiado ou o delegado que representa os filiados que o escolheram. O contrário do voto secreto é o voto não secreto em que é possível saber em quem votou o filiado ou o delegado. O voto por braço no ar é, sem dúvida alguma, um voto não secreto.

Voltando à análise do texto da alínea c) do artigo 18º, vemos que, a propósito do voto dos filiados, essa alínea diz, sem qualquer dúvida, que ele tem que "directo e secreto". E sobre o voto da assembleia representativa dos filiados, quererá a alínea c) do artigo 18º dizer que também ele tem que ser "directo e secreto"? A resposta só pode ser negativa. Pois, pela sua própria natureza, o voto da assembleia representativa nunca pode ser directo, será sempre indirecto. O legislador nunca poderá impor que o voto da assembleia representativa dos filiados seja directo, uma vez que esse voto, por natureza, nunca poderia ser directo. Ao admitir que os titulares dos órgãos de direcção podem ser eleitos também por voto de assembleia representativa dos filiados o legislador só pode querer dizer que admite que os titulares dos órgãos de direcção sejam eleitos através de voto indirecto; e, ao admitir isso, não pode impor os requisitos (directo e secreto) que exige para o voto dos filiados.

Daqui temos que tirar as seguintes conclusões, que darão resposta às questões que este Colectivo tem para decidir:

A primeira conclusão a tirar é que a alínea c) do artigo 18º estabelece duas formas de eleição: (a) uma através de voto de todos os filiados, em relação ao qual exige que seja "voto directo e secreto"; (b) outra através de voto da assembleia representativa dos filiados, em relação ao qual não pode exigir que seja directo nem exige que seja secreto.

A segunda conclusão a tirar é que, não exigindo a alínea c) do artigo 18º que o voto da assembleia representativa dos filiados seja "directo e secreto", o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN não viola a alínea c) do artigo 18º da Lei 3/2004.

A terceira conclusão a tirar é que, não exigindo a alínea c) do artigo 18º que o voto da assembleia representativa dos filiados seja "directo e secreto", o Congresso da FRETILIN tinha a liberdade de adoptar o sistema de voto secreto ou o de voto não secreto para eleger os titulares dos seus órgãos de direcção do Partido.

A quarta conclusão a tirar é que o Congresso da FRETILIN não violou a alínea c) do artigo 18º ao estabelecer nos estatutos do partido a possibilidade de optar pela votação por braço no ar (voto não secreto) para a eleição do Presidente e do Secretário Geral.

A quinta conclusão a tirar é que o Congresso da FRETILIN não violou a alínea c) do artigo 18º ao eleger por votação por braço no ar (voto não secreto) Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral do Partido.

A sexta conclusão a tirar é que a liderança de Francisco Guterres Lu-Olo como Presidente e Mari Alkatiri como Secretário Geral da FRETILIN não é afectada na sua legitimidade por eles terem sido eleitos por voto por braço no ar.

A sétima conclusão a tirar é que não há qualquer base para o Tribunal ordenar à FRETILIN que realize congresso extraordinário para escolher nova liderança.

indiretu.

Taan ida ne'e, iha votu sekretu labele hatene filiadu ne'e vota tiha ba sé ka delegadu ne'ebé representa filiadu sira maka hili nia. Kontráriu hosi votu sekretu maka votu ne'ebé la sekretu no ita bele hatene filiadu ka delegadu ne'e vota tiha ba sé. Votu liu hosi foti liman lalika duvida ne'e votu ne'ebé la sekretu.

Analiza hikas fali testu alinea c) hosi artigu 18º, ita haree katak, propóztu hosi votu filiadu sira nian, alinea ida ne'e dehan, laiha dúvida ruma, katak nia tenke "directu no sekretu". No kona-ba votu hosi assembleia representativa filiadu sira nian, alinea c) hosi artigu 18º hateten katak nia mós tenkeser "directu no sekretu"? Resposta tenke negative de'it. Tanba, hosi nia natureza rasik, votu hosi assembleia representativa nunca bele directu, tenke ser indirectu, lejisladór nunca bele satan netik katak votu assembleia representativa hosi filiadu sira tenkeser directu, bainhira votu ida ne'e, hosi natureza, nunca bele sai nu'udár directu. Atu admite katak titular sira diresaun nian bele eleitu mós hosi assembleia representativa filiadu sira nian lejisladór bele hakarak dehan de'it katak admite titular sira hosi órgaun sira diresaun nian bele eleitu liu hosi votu indirectu; no, atu admite ida ne'e, labele tau rekezitu sira (directu no sekretu) hodi ezije votu filiadu sira nian.

Hosi ne'e ita tenke hasai konkluziun sira tuir mai ne'e, katak sei hatáa ba kestaun sira ne'ebé maka Koletivu iha hodi hakotu :

Konkluziun dahuluk atu hasai maka alinea c) hosi artigu 18º estabelese forma rua eleisaun nian : (a) ida liu hosi votu filiadu sira hotu, relaciona ho ida ne'ebé ezije katak atu "votu directu no sekretu", (b) ida seluk liu hosi votu assembleia representativa filiadu sira nian, relaciona ho ida ne'e la bele ezije atu sai nu'udár directu no mós labele ezije atu sai sekretu.

Konkluziun daruak atu hasai maka, labele ezije alinea c) hosi artigu 18º katak votu assembleia representativa filiadu sira nian nu'udár "directu no sekretu", artigu 17º, nº 2, hosi Estatutu sira FRETILIN nian la sakar alinea c) hosi artigu 18º Lei nº 3/2004.

Konkluziun datuluk atu hasai maka, labele ezije alinea c) hosi artigu 18º katak votu assembleia representativa filiadu sira nian nu'udár "directu no sekretu", Kongresu FRETILIN nian iha liberdade atu adopta sistema votu sekretu ka votu la sekretu hodi hili titular sira órgaun diresaun partidu nian.

Konkluziun dahaat atu hasai maka, Kongresu FRETILIN nian la sakar alinea c) hosi artigu 18º atu estabelese iha estatutu sira partidu nian biban atu opta votasaun foti liman (votu la sekretu) ba eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál.

Konkluziun dalimak atu hasai maka Kongresu FRETILIN nian la sakar alinea c) hosi artigu 18º atu hili liu hosi votasaun foti liman (votu la sekretu) Francisco Guterres Lu-Olo ba Prezidente no Mari Alkatiti ba Sekretáriu Jerál Partidu nian.'

Konkluziun daneen atu hasai maka lideransa Francisco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente no Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerál FRETILIN nian la afeta iha nia lejitimidade tanba de'it hili sira liu hosi votu foti liman.

Konkluziun dahituk atu hasai maka la iha baze ruma atu Tribunál fó orden ba FRETILIN atu halao Kongresu extraordináriu hodi hili lideransa foun.

VIII - A consequência da eventual violação do artigo 18º da Lei 3/2004

Um última questão a abordar por este Colectivo de Juizes é o de saber qual é a consequência da violação da Lei 3/2004, nomeadamente da norma constante da alínea c) do artigo 18º. Para responder a essa questão temos que olhar para a estrutura da norma. Em sentido próprio a norma de conduta social contém (a) uma previsão - apresenta um tipo de factualidade (evento, conduta ou relação) - e (b) uma estatuição - liga ao facto típico, como resultado da implicação jurídica, um outro facto (outro evento e/ou a necessidade de adoptar uma determinada conduta e/ou a constituição, modificação ou extinção da relação jurídica). Às vezes a norma estabelece ainda uma sanção, comina uma reacção para o não cumprimento da estatuição, ou, dito de outro modo, prevê uma consequência que atinge quem viola a regra. Mas nem sempre existe uma específica sanção cominada à violação da estatuição de uma norma.

Olhando para a norma da alínea c) do artigo 18 da Lei 3/2004, vemos que ela contém a previsão e a estatuição; mas não encontramos nesse artigo 18º ou em qualquer outra disposição dessa lei uma sanção para a sua violação.

Confrontando com outras normas jurídicas constantes da Lei 3/2004, que expressamente prevêm sanção para a sua violação (artigos 21º a 28º), parece-nos claro que o legislador, deliberadamente, não quis estabelecer uma censura juridicamente relevante para tal violação. Na ausência de uma tal tutela coactiva, não pode o tribunal, substituindo-se ao legislador, sancionar o eventual incumprimento da norma em causa. Tratando-se de norma relativa ao funcionamento interno dos partidos, parece-nos lógico e justificado que o legislador tenha optado por remeter para os filiados e até para os cidadãos em geral a faculdade de sancionar as violações ao disposto no artigo 18º, nomeadamente na sua alínea c). Serão os filiados ou os cidadãos quem, se assim o entender, poderá sancionar, através da sua intenção de voto, o comportamento violador da norma em causa. Será política e não jurídica a censura para a violação a essa norma.

A conclusão a tirar daqui é a de que, mesmo que haja fundamento para declarar que a eleição do Presidente e do Secretário Geral foi feita com violação ao disposto artigo 18º - alínea c), da Lei 3/2004, não pode o tribunal ordenar à FRETILIN que realize congresso extraordinário para a eleição da nova liderança de acordo com os princípios da Lei 3/2004.

Cfr., no sentido do exposto, Manuel de Sousa Domingues das Neves Pereira, "Introdução ao Direito e às Obrigações", Almed 2ª Ed., págs. 22 e 23

XIX - Conclusão

Pelo exposto, delibera este Colectivo de Juizes do Tribunal de Recurso:

1. Julgar extemporânea a impugnação da eleição da liderança da FRETILIN deduzida por Vítor da Costa, Vicente Mau Boci, Adérito de Jesus, Igidio de Jesus, César Moreira, Ricardo Nheu, Armando Midar e Adolfo António Belo, e, em face disso, declarar que o Tribunal não pode conhecer do pedido dos requerentes;
2. Declarar, contudo, que,
 - a) Mesmo que se considerasse que a impugnação foi deduzida dentro do prazo, o pedido dos requerentes deve ser indeferido na totalidade, visto que
 - A alínea c) do artigo 18º estabelece duas formas de

VIII - Konsekuénsia hosi eventúal violasaun hosi artigo 18º Lei nº 3/2004

Kestaun dahikus ne'ebé hato'o hosi Koletivu ida ne'e maka atu buka hatene violasaun Lei nº 3/2004, liuliu norma ne'ebé hakerek iha alinea c) hosi artigo 18º.

Atu hatán kestaun ne'e ita tenke haree ba estrutura norma nian. Iha sentidu rasik norma asaun sosiál iha (a) previzaun ida - hato'o tipu faktualidade ida (eventu, konduta ka relasaun) - no (b) estatuisaun ida ne'ebé - liga ba faktu tipiku, nu'udár rezultadu hosi implikasaun juridika). Faktu seluk ida (eventu seluk ida no/ka nesesidade atu adopta asaun ida loloos no/ka konstituisaun, modifikasaun ka halakon relasaun juridika). Dalaruma nomar ne'e estabelese sansaun ida, kombina ho relasaun ida atu la halo tuir estatuisaun nian , ka, temi oin seluk, prevee konsekuénsia ida ne'ebé bele kona ema ne'ebé sakar regra ne'e. Maibe la signifika katak sempre iha sansaun espesifika kastigu ba violasaun estatuisaun norma ida nian.

Haree ba norma alienea c) hosi artigo 18º Lei nº 3/2004 nian, ita haree katak nia iha previzaun no estatuisaun; maibe ita la hetán iha artigo 18º ne'e ka dispozisaun seluk ruma hosi lei ne'e kastigu ida bainhira sakar nia .

Karik konfronta ho norma juridika sira seluk ne'ebé iha Lei nº 3/2004, ne'ebé prevee sansaun bainhira sakar nia (artigu sira 21º to'o 28º), ne'e klaru ba ita katak lejislador, fó sansaun bainhira la halo tuir norma ne'ebé iha kauza. Trata kona-ba lala'ok internu partidu sira nian, ida ne'e lójiku no iha justifikasaun katak lejislador opta tiha tanba haruka ba filiadu sira no bele ba to'o sidadaun iha jerál kona-ba fakuldade atu kastigu violasaun sira ne'ebé temi iha artigu 18º, liuliu iha nia alinea c). Filiadu no sidadaun sira maka sei hanoin oinsa atu kastigu, liu hosi ninia intensaun votu nian, hahalok ne'ebé viola norma ne'ebé iha kauza. Sai nu'udár politika no la'os juridika hodi sensura violasaun ba norma ida ne'e.

Konkluzau ne'ebé atu hasai hosi ne'e. maka hanesan, maski iha fundamentu hodi deklarata katak eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál nian hala'o tiha ho violasaun tuir saida maka temi iha artigu 18º - alinea c), hosi Lei nº 3/2004, Tribunál labele fó orden ba FRETILIN atu hala'o kongresu estraordináriu hodi hili lideransa foun tuir prinsipiu sira Lei nº 3/2004.

Cfr., tuir sentidu neebe hatoo hosi, Manuel de Sousa Domingues das Neves Pereira, Introdusaun ba Direitu no Obridasaun sira" Almedina , 2ª Ed. Pág. 22 no 23

IX - KONKLUSAUN

Ho ida ne'e, Koletivu Juis hosi Tribunál Rekursu nian hakotu :

1. Konsidera katak reklamasau kona-ba eleisaun lideransa FRETILIN nian ne'ebé hatada hosi Vítor da Costa, Vicente Mau Boci, Adérito de Jesus, Igidio de Jesus, César Moreira, Recardo Nheu, Armando Midar no Adolfo António Belo, liu dook tiha ona prazu no kona-ba ida ne'e deklarata katak Tribunál sei la rekoñese ka konsidera hahusuk mahusuk sira nian.
2. Deklara mós katak :
 - a) Maski bele konsidera katak reklamasau ne'e bele hatada tuir prazu, maibe hahusuk mahusuk sira nian tenke indifere hotu kedas, tanba
 - Alinea c) hosi artigo 18º estabelese forma rua eleisaun

eleição: (a) uma através de voto de todos os filiados, em relação ao qual exige que seja "voto directo e secreto"; (b) outra através de voto da assembleia representativa dos filiados, em relação ao qual não pode exigir que seja directo nem exige que seja secreto;

- Não exigindo a alínea c) do artigo 18º que o voto da assembleia representativa dos filiados seja "directo e secreto", o artigo 17º, nº 2, dos Estatutos da FRETILIN não viola a alínea c) do artigo 18º da Lei 3/2004;
 - Não exigindo a alínea c) do artigo 18º que o voto da assembleia representativa dos filiados seja "directo e secreto", o Congresso da FRETILIN tinha a liberdade de adoptar o sistema de voto secreto ou o de voto não secreto para eleger os titulares dos seus órgãos de direcção do Partido;
 - O Congresso da FRETILIN não violou a alínea c) do artigo 18º ao estabelecer nos estatutos do partido a possibilidade de optar pela votação por braço no ar (voto não secreto) para a eleição do Presidente e do Secretário Geral;
 - O Congresso da FRETILIN não violou a alínea c) do artigo 18º ao eleger por votação por braço no ar (voto não secreto) Francisco Guterres Lu-Olo para Presidente e Mari Alkatiri para Secretário Geral do Partido;
 - A liderança de Francisco Guterres Lu-Olo como Presidente e Mari Alkatiri como Secretário Geral da FRETILIN não é afectada na sua legitimidade por eles terem sido eleitos por voto por braço no ar;
 - Não há qualquer base para o Tribunal ordenar à FRETILIN que realize congresso extraordinário para escolher nova liderança.
- b) Mesmo que houvesse fundamento para se considerar que a eleição do Presidente e do Secretário Geral foi feita com violação ao disposto artigo 18º - alínea c), da Lei 3/2004, não pode o Tribunal ordenar à FRETILIN que realize congresso extraordinário para a eleição da nova liderança de acordo com os princípios da Lei 3/2004.

- Notifique.

Díli, 11 de Agosto de 2006

O Colectivo de Juizes do Tribunal de Recurso

Cláudio Ximenes

Jacinta Correia da Costa

Maria Natércia Gusmão Pereira

nian: (a) ida liu hosi voto hosi filiadu sira hotu, relaciona ho saida maka izije atu "votu diretu no sekretu"; (b) ida seluk liu hosi votu asembleia representativa filiadu sira nian, relaciona ho ida ne'e labele ezije atu diretu no labele ezije mós atu sekretu ;

- Labele ezije ba alinea c) hosi artigu 18º katak votu asembleia representativa filiadu sira nian atu "diretu no sekretu", artigu 17º nº 2, hosi Estatutu sira .FRETILIN nian la sakar alinea c) hosi artigu 18º Lei nº 3/2004;
 - Labele ezije ba alinea c) hosi artigu 18º katak votu asembleia representativa filiadu sira nian nu'udár " diretu no sekretu", Kongresu FRETILIN nian iha liberdade atu adopta sistema votu sekretu ka votu la sekretu hodi hili titular sira órgaun diresaun Partidu nian ;
 - Kongresu FRETILIN nian la sakar alinea c)artigu 18º atu estabele iha estatutu sira partidu nian biban atu bele opta ba votasaun liu hosi foti liman (votu la sekretu) ba eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál ;
 - Kongresu FRETILIN nian la sakar alinea c)artigu 18º atu eleje tuir votasaun liu hosi foti liman (votu la sekretu) Francisco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente no Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerál Partidu nian;
 - Lideransa hosi Francisaco Guterres Lu-Olo nu'udár Prezidente no Mari Alkatiri nu'udár Sekretáriu Jerál FRETILIN nian la afeta ninia lejitimidade taan de'it sira hili tiha liu hosi votasaun foti liman;
 - Laiha baze ruma atu Tribunál fó ordem ba FRETILIN atu hala'o Kongresu estraordináriu hodi hili lideransa foun;
- b) Bele karik iha fundamentu hodi atu bele konsidera katak eleisaun Prezidente no Sekretáriu Jerál viola tiha saida maka haktuir iha artigu 18º alinea c), Lei nº 3/2004, Tribunal labele fó ordem ba FRETILIN atu hala'o Kongresu estraordináriu hodi hili lideransa foun tuir prinsipiu sira Lei nº 3/2004 nian.

-Notifika ba

Dili, 11 fulan-Agostu tinan 2006

Koletivu Juis sira Tribunál Rekursu nian

Cláudio Ximenes

Jacinta Correia da Costa

Maria Natércia Gusmão Pereira